



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

NOTAS

NOTAS EXPLICATIVAS - 2021

As demonstrações contábeis da Seção Judiciária do Estado de Rondônia foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, sendo formadas pelas demonstrações contábeis: 1 - balanço financeiro (BF), 2 - balanço patrimonial (BP), 3 - Demonstração das variações patrimoniais (DVP), 4 - balanço orçamentário (BO) e 5 - demonstração do fluxo de caixa (DFC) e refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade gestora, conforme notas abaixo:

I - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A apuração do resultado financeiro é possível ser identificado no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Utilizando essa metodologia e observando a tabela abaixo, verifica-se que o resultado financeiro de 2021 foi positivo em R\$ 439.781,35, considerando que os Ingressos (Transferências Financeiras Recebidas + Recebimentos Extraorçamentários) somaram R\$ 115.371.799,97 os Dispêndios (Despesas Orçamentárias + Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários) somaram R\$ 114.932.018,62.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	NE 2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE 2021	2020
Receitas Orçamentárias	2	-	Despesas Orçamentárias	111.420.414,49	104.164.451,99
Ordinárias	-	-	Ordinárias	92.585.355,42	92.014.537,77
Vinculadas	-	-	Vinculadas	18.835.059,07	12.149.914,22
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.202.610,43	1.944.166,35
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	10.417.733,13	10.205.747,87
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.214.715,51	
Transferências Financeiras Recebidas	111.558.843,42	104.333.761,04	Transferências Financeiras Concedidas	1.711.491,46	1.985.483,07
Resultantes da Execução Orçamentária	111.468.083,02	104.322.534,66	Resultantes da Execução Orçamentária	20.038,71	21.361,02
Sub-repasse Recebido	2	111.468.083,02	Sub-repasse Concedido	2	20.038,71
Independentes da Execução Orçamentária	90.760,40	11.226,38	Independentes da Execução Orçamentária	1.691.452,75	1.964.122,05
Transferências Financeiras Recebidas para Pagamento de RP	3.158,75		Movimento de Saldos Patrimoniais	1.691.452,75	1.964.122,05
Demais Transferências Recebidas	10.424,52	1.955,69	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	77.177,13	9.270,69	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	3	3.812.956,55	Pagamentos Extraorçamentários	3	1.800.112,67
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	81.985,90	60.277,98	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	60.277,98	54.624,10
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.631.225,12	1.275.831,58	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.247.145,76	558.110,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	493.631,06	13.062,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	488.017,97	10.580,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.606.114,47	1.979.019,68	Outros Pagamentos Extraorçamentários	4.670,96	23.307,02
Restituições a Pagar	3.138,31		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	4.670,96	23.307,02
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.196,77	4.762,99	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Arrecadação de Outra Unidade	1.600.779,39	1.974.256,69	Demais Pagamentos		
Saldo do Exercício Anterior	1	1.341.1001,41	Saldo para o Exercício Seguinte	1	1.780.882,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.341.101,41	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.780.882,76
TOTAL		116.712.901,38	TOTAL		116.712.901,38

Nota 1 – BF – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e equivalente de Caixa incluem dinheiro em caixa, conta única, e demais Contas – Caixa Econômica Federal, referente às garantias contratuais em dinheiro (caução), recursos financeiros destinados a atender despesas correntes e recursos para atender as despesas inscritas em Restos a Pagar – Custeio e Investimentos, fonte 100, vinculação 400.

O montante registrado neste item R\$ 1.780.882,76 se comparado a 2020 teve um acréscimo de 32,79, justificado basicamente em razão da nota de empenho 2021NE000330 e 2021NE000275, inscritas em RP, referente a contratação da Empresa Energize Soluções de Energia Ltda para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica (Contrato n. 19.2021, id 13806112) e da contratação da empresa Circuitos Engenharia para prestação de serviços de engenharia de revitalização do piso e implantação do controle de acesso do elevador (Contrato n. 24.2021, id 14164556). Sendo que, na conta 631100.00.00 – RP Não Processados a Liquidar, foi inscrito R\$

1.628.597,35, na conta 63210.00.00 - RP Processados a Pagar foi inscrito o valor de R\$ 64.487,75 e na conta 53210.00.00 - RP Processados - Inscritos o valor de R\$ 81.985,90, totalizando R\$ 1.775.071,00.

Nota 2 – BF – Transferências Financeiras Recebidas – Sub-repasse recebido

O Balanço Financeiro da SJRO não demonstra ingressos de Receitas Orçamentárias porque o orçamento está incluído na Unidade Orçamentária 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau e, consolidada em nível de Tribunal (TRF1). Os recursos recebidos pela UG em 2021 foram por meio de Sub-repasses.

Nota 3 – BF – Recebimentos Extraorçamentários – Gestão de Restos a Pagar Processados e não Processados

No exercício de 2021, teve um aumento de 36% na inscrição de restos a pagar processados em relação a 2020. A variação deve ao fato da Gaju de dezembro ficar apropriada para pagar em janeiro de 2022.

No tocante aos restos a pagar não processados, teve um aumento de 27% do total inscrito em 2020. A variação se deve, praticamente, as despesas de investimentos mencionadas na Nota 1, acompanhada de serviço de modernização do sistema de monitoramento do circuito fechado de TV e despesa com serviço extraordinário de dezembro/2021. Todo o saldo inscrito em 2010 foi pago ou cancelado em 2021, conforme demonstrado nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário.

II – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO					
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Varição em R\$	Varição em %
ATIVO CIRCULANTE		2.607.369,38	1.832.739,16	774.630,22	42,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.780.882,76	1.341.101,41	439.781,35	32,79
Créditos a Curto Prazo		451.942,90	17.329,28	434.613,62	2507,97
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4	451.942,90	17.329,28		
Estoques	5	353.922,11	454.183,19	(100.261,08)	(22,08)
VPDs Pagas Antecipadamente	6	20.621,61	20.125,28	496,33	2,47

Nota 4 – BP – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os demais créditos e valores a curto prazo encerrou o exercício com saldo de R\$ 451.942,90 representando os adiantamentos de despesa de pessoal com 13º salário/2022 pago ainda em 2021 para servidores e magistrados, adiantamento de férias/2022 pago também em 2021 e, os créditos a receber de acerto financeiro com pessoal. Enquanto que em 2020 encerrou com o valor de R\$ 17.329,28.

Já em 2020 não ocorreram os mesmos fatores e, a conta 11311.01.01 - 13º Salário - Adiantamento e a conta 11311.01.02 - Adiantamento de Férias encerraram o exercício com saldo zerado. Do mesmo modo, não teve pagamento antecipado de salários e a conta 11311.01.05 - Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado encerrou apenas com saldo que faltava ser devolvido por ex servidor.

Registra-se que a conciliação contábil em relação ao registro das provisões de 13º salário e demais ajustes foram realizados no processo 0000423-77.2021.4.01.8012.

No tocante a conta 11311.01.05 - Salários e Ordenados Pagamento Antecipado (classificação orçamentária 3190.11.46 - férias pagamento antecipado), apresentou saldo de R\$ 156.703,17, compreendendo a 2ª parcela do que foi adiantado em novembro e o montante adiantado em dezembro/2021. É importante mencionar que a conciliação contábil e os ajustes relacionados à antecipação de férias, bem como o registro das provisões de 1/3 de férias e remuneração de férias foi realizada no processo 0000431-54.2021.4.01.8012.

A demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber foi realizada no processo 0000438-46.2021.4.01.8012 - Acertos com pessoal com base no Procedimento Contábil 11156462 e no processo 0000520-77.2021.4.01.8012 - Multas administrativas com base nos Procedimentos Contábeis 6773992, 6609394 e 6690890 e, de acordo com as informações prestadas pela Sepag e Semap. Assim, detalho o saldo das contas abaixo, em 31 de dezembro de 2021:

1. Conta **11381.16.00 - crédito a receber de acerto financeiro com servidor e ex-servidor**, o saldo de **R\$ 55.753,11** decorre de créditos a receber referente à devolução da vantagem prevista na Lei 8.112/90, artigo 193, m razão do Acórdão 658/2020-TCU (9761551) ter julgado ilegal o seu pagamento, referente ao período de 20.02.2020 a 31.12.2020, enquanto vigorou efeito suspensivo decorrente de interposição de recurso, ao final julgado improcedente (0001351-28.2021.4.01.8012); devolução de salários por motivo de faltas injustificadas ao trabalho (0003576-21.2021.4.01.8012) e devolução de salários e auxílio alimentação, recebidos antecipadamente (0003698-34.2021.4.01.8012);
2. Conta **83143.00.00 - dívida ativa não tributária**, o saldo de R\$ 6.484,93 compreende os valores inscritos na dívida ativa.
3. Conta **89991.49.01 ativos contingentes previstos**, o saldo de **R\$ 1.312,40** decorre de valor que será acompanhado para fins de observância do prazo prescricional ou eventual recebimento do valor.

Segue tabela contendo o detalhamento dos valores a receber de servidores e ex servidores, de multas administrativas e inscrição em Dívida Ativa da União:

Conta 11381.16.00 - cred a rec de acerto finan c/servidor/ex serv		
Processo	Servidor/ex Servidor/Empresa	Valores em R\$
0000438-46.2021.4.01.8012	Silvana Claudia Lopes	8.742,12
0003576-21.2021.4.01.8012	Júlio César Gomes Santos	46.287,34
0003698-34.2021.4.01.8012	João Vinicius Gonçalves Bertolini	723,65
Total:		55.753,11
Conta 83143.00.00 - dívida ativa nao tributaria		
0003039-30.2018.4.01.8012	R M Comercio de Eletro Eletronico	2.945,35
0001460-13.2019.4.01.8012	Antonio Marcos Menezes da Paz	3.539,58
Total:		6.484,93
Conta 89991.49.01 - ativos contingentes previstos		
0000848-41.2020.4.01.8012	L AR Comercio Varejista de Ar Condicionados Ltda	373,90
0003308-98.2020.4.01.8012	ACR Industria de Papéis	335,12
0003000-62.2020.4.01.8012	Itaca Eireli	603,38
Total:		1.312,40

Nota 5 - BP - Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. Os valores registrados na conta 11561.01.00 - materiais de consumo estão regulares. Conforme a Portaria 170/2021, id 14377054, o Relatório Final do Inventário/2021 deverá ser apresentado até o 20º dia útil subsequente ao término do exercício financeiro. A movimentação de entradas e saídas na referida conta foram analisadas, mensalmente, de acordo com a documentação inserida no Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, juntados no processo 0000005-42.2021.4.01.8012.

Nota 6 - BP - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Referem-se às despesas pagas antecipadamente a título de prêmios de seguros e assinaturas, cujas parcelas mensais são baixadas por competência na conta de ativo, conforme cronograma de pagamento nos documentos do Siafi e, contas abaixo:

11911.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - R\$ 12.646,61

11931.00.00 - Assinaturas e anuidades a Apropriar - R\$ 7.975,00

Nota 7 - BP - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O exercício de 2021 encerrou com o montante de R\$ 37.122.926,15, com uma variação positiva de 19,64% em relação a 2020 e, o imobilizado da SJRO está segregado em dois grupos: (i) bens móveis e, (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2021 e em 31/12/2020.

ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Variação em R\$	Variação em %
Imobilizado	7	37.122.926,15	31.028.774,85	6.094.151,30	19,64
Bens Móveis	8	4.981.518,31	5.512.417,04	-530.898,73	-9,63
Bens Imóveis		10.251.227,11	11.044.200,27	-792.973,16	-7,18
(-)Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	9	-5.269.708,80	-5.531.783,23	262.074,43	-4,74
Bens Imóveis	10	32.141.407,84	25.516.357,81	6.625.050,03	25,96
Bens Imóveis		32.645.089,14	25.991.791,80	6.653.297,34	25,60
(-)Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	11	-503.681,30	-475.433,99	-28.247,31	5,94

Nota 8 - BP - Bens Móveis

Os bens móveis são controlados pelo sistema de controle de bens do TRF1 (Sicam), porém não é integrado ao Siafi.

Os bens móveis compõem-se em sua maioria, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, mobiliário em geral e veículos de tração mecânica.

Os Bens Móveis representados na conta 1.2.3.1.0.00.00 – Bens Móveis são mensurados pelo valor de aquisição e como possuem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Observa-se que houve uma redução de -4,74% em relação ao ano anterior.

No tocante ao Inventário de Bens Móveis, conforme a Portaria 170/2021, id 14377054, o Relatório Final do Inventário/2021 deverá ser apresentado até o 20º (vigésimo) dia útil subsequente ao término do exercício financeiro, ou seja, ainda não expirou o prazo de entrega e, o relatório ainda não foi apresentado.

Nota 09 - BP - Depreciação Acumulada - Bens Móveis

A depreciação registrada na conta 12381.01.00 - Depreciação Acumulada - Bens Móveis é realizada de acordo com os critérios definidos no Manual do Siafi, Macrofunção Siafi 02.03.30, utilizando-se o método de cotas constantes.

O cálculo da depreciação dos bens móveis foi realizado pelo SICAM e os valores encontrados estão compatíveis e variam de acordo com a movimentação de entrada e saída de bens que podem ser verificados na movimentação da conta 3.3.3.1.1.01.00 - Depreciação de Bens Móveis.

O exercício de 2021 encerrou apresentando uma variação de -4,74% em relação à 2020.

Nota 10 - BP - Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União.

Os imóveis de uso especial utilizados pela SJRO estão cadastrados na conta contábil 12321.01.02 - EDIFÍCIOS e na conta 12321.01.03 - TERRENOS/GLEBAS e, todos os bens cedidos estão cadastrados na conta 89711.09.00 - CESSAO DE USO - BENS CEDIDOS, de acordo com a planilha n. 14537246.

Nas contas do grupo 12320.00.00, a conta 12321.01.02 - Edifícios apresenta a maior expressividade, totalizando R\$ 19.032.488,74, conforme consulta extraída do Tesouro Gerencial, id 14537246 e, conforme tabela acima as contas desse grupo teve uma alteração de R\$ 6.625.050,03 em relação ao exercício anterior, influenciada pela reavaliação dos imóveis.

Com base nas Informações SJRO-SEMAP 14726040 e 12199547, letra b, todos os bens imóveis de uso especial da Seccional e Subseções Judiciárias vinculadas encontram-se cadastrados e atualizados no SPIUnet, de acordo com o que orienta a **Portaria Conjunta SPU-STN n. 703**, de 10 de dezembro de 2014, inclusive os cedidos com ônus, exceto o imóvel de RIP 000300084.500-5 referente ao terreno estacionamento (Avenida Rogério Weber, s/nº, Quadra 62, lote 208 (antigo 169), Setor 03, Centro), porque só é possível a atualização quando consta área construída e o terreno que foi doado em Vilhena. A SPU foi comunicada sobre a doação e, está aguardando o cadastro do imóvel. As tratativas sobre a regularização do imóvel estão ocorrendo no processo 0000495-11.2014.4.01.8012.

Nota 11 - Depreciação Acumulada - Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União é apurado mensal e automaticamente, pelo sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável da aquisição e a depreciação se inicia no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A conta 12381.02.00 - Depreciação Acumulada - Bens Imóveis apresentou o valor de R\$ -503.681,30, com uma variação de 5,94% em relação à 2020.

Certifico a regularidade da conta 12381.06.00 – amortização acumulada (bens imóveis), considerando não haver saldo na conta 12321.08.00 - benfeitorias em propriedades de terceiros.

Nota 12 - BP - Intangível

O Ativo Intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da produção da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Varição em R\$	Varição em %
INTANGÍVEL	12	101.019,64	134.020,98	-33.001,34	-24,62
Softwares		101.019,64	134.020,98	-33.001,34	-24,62
Softwares		197.727,64	197.727,64	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	13	-94.000,00	-62.666,66	-31.333,34	50,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-2.708,00	-1.040,00	-1.668,00	160,38

O Ativo Intangível da SJRO é composto em sua maioria de softwares com vida útil indefinida e está registrado na conta 12411.02.01 softwares que encerrou o exercício com o saldo de R\$ 103.727,64. O valor refere-se à aquisição de licença de uso e atualização de software (licenças do sistema de gravação de áudio e vídeo - DRS Audiência). Não consta registro de amortização acumulada sobre o saldo da conta 12411.02.01 - Softwares, em função da natureza dos softwares – vida útil indefinida.

Já a conta 12411.01.01 - Softwares (vida útil definida) apresentou saldo de R\$ 94.000,00. O valor refere-se à licença de direito de uso do software Adobe na modalidade ETLA, IS2500007, contrato 019/2018 7312977, vigência jan/2019 a dez/21. Por se tratar de software com vida útil definida até dezembro de 2021 a amortização já foi registrada na integralidade na conta 12481.01.00 - Amortização Acumulada (-R\$ 94.000,00).

Com relação ao Inventário de Bens Intangíveis, a comissão apresentou o Relatório 14542907, mencionando que por ocasião do Inventário de bens intangíveis do TRF foi "elaborado o Plano de Provisões 10153792, item 8.5, propondo a **suspensão do teste de recuperabilidade até que haja definição dos critérios no módulo que está sendo criado no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN**. A proposta foi acatada por meio da Informação TRF1-Seauf 10288332 e o teste de recuperabilidade foi suspenso".

E, concluiu que não assiste necessidade de realizar as atualizações em relação aos bens intangíveis de vida útil indefinida.

Nota 13 - BP - Amortização Acumulada de Softwares

A amortização dos intangíveis está calculada na planilha 10899333 e registrada na conta 12481.01.00 - Amortização Acumulada, que encerrou 2021 com o valor de R\$ 94.000,00, representando o valor integral da amortização do software ETLA, IS2500007, único softwares com vida útil definida. Já em 2020, o saldo amortizado foi de R\$ -62.666,66.

Nota 14 – BP – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	Varição em R\$	Varição em %
PASSIVO CIRCULANTE		4.076.342,36	4.626.093,17	-549.750,81	-11,88
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	14	3.739.507,91	4.553.535,17	-814.027,26	-17,88
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	15	104.600,42	59.814,	44.786,41	74,88
Demais Obrigações a Curto Prazo		49.928,08	12.743,99	37.184,09	291,78

O passivo com obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais está registrado pelo valor original e, o decréscimo de 17,88% diz respeito a redução dos valores registrados nas conta abaixo e, a 2.1.1.1.01.03 - Férias a pagar foi a conta de maior variação em reais:

Conta Contábil	2021	2020	Varição em R\$	Varição em %
21111.01.01 ISF F	41.838,80		41.838,80	100,00
21111.01.01 ISF P	94.560,78	142.183,67	-47.622,89	-33,00
21111.01.02				
21111.01.03	3.576.816,44	4.410.453,20	-833.636,76	-19,00
21141.03.02	2.501,11		2.501,11	100,00
21142.01.03	19.802,00	898,30	18.903,30	21,04
21142.1300	3.988,78		3.988,78	100,00
Total:	3.739.507,91	4.553.535,17		

- O valor da conta 2.1.1.1.01.01 - Salários, Remunerações e Benefícios ISF F refere-se à folha de GAJU-Gratificação por Acúmulo de Jurisdição de dezembro que apropriada no documento 2021FL000313 para execução em janeiro de 2022;
- O valor da conta 2.1.1.1.01.01 - Salários, Remunerações e Benefícios ISF P refere-se ao registro de passivo sem cobertura orçamentária, referente a folha de acertos de dezembro;
- A conta 2.1.1.1.01.02 - Décimo terceiro salário a pagar está zerada.
- A conta 2.1.1.1.01.03 - Férias a pagar mensurada pelo valor original de R\$ 3.576.816,44 demonstra os valores de registro de duodécimos do passivo de férias (remuneração e abono constitucional) e registro da baixa da remuneração no período de férias (BRPF), conforme Procedimento Contábil 11106736;
- O valor da conta 21141.03.02 - Contribuição a Entidades de Previdência Complementar refere-se à contribuição da folha de GAJU-Gratificação por Acúmulo de Jurisdição de dezembro que apropriada no documento 2021FL000313 para execução em janeiro de 2022;
- O valor da conta 2.1.1.4.2.01.03 - Inss-Contrib.s/ Serviços de Terceiros – Intra refere-se aos registros de passivos sem cobertura orçamentária de honorários periciais (AJG), conforme relatórios juntados no processo 0003184-81.2021.4.01.8012
- O valor registrado na conta 21142.13.00 - PSSS-Contribuição s/ Vencimentos e Vantagens - Intra refere-se ao registro de passivo patronal sem cobertura orçamentária, referente à folha de acertos de dezembro;

No decorrer do exercício de 2021 foram realizadas as provisões de férias e 13º salário, mensalmente, conforme o disposto na Macrofunção Siafi 02.11.42 – Folha de pagamento.

O passivo de 13º salário foi registrado e acompanhado no processo 0000423-77.2021.4.01.8012. Já o passivo em relação as férias foi acompanhado no processo 0000431-54.2021.4.01.8012. Resumidamente, as principais ocorrências foram as relacionadas abaixo e, todas foram saneadas:

- Apropriação da gratificação natalina com situação DFL-Despesa com adiantamentos de 1/3 de férias em vez da DFL031-Despesa com adiantamentos de 13º salário, nas folhas 2021FL000253 (R\$ 1.68,36), 2021FL000274 (R\$ 2.232,36) e 2021FL000275 (R\$ 542,56);
- Classificação orçamentária equivocada da despesa 3190.1145 - férias-1/3 constitucional quando o correto seria na 3190.91.14 - sentença judicial transitada em julgado, conforme documento 13664253, ratificado pela informação 13674951;
- Registro equivocado com a situação LPA330-Apropriação de passivo circulante-ajustes de exercícios anteriores relativo a abono pecuniário de férias, no documento hábil 2021FL000187;
- Despesa classificada na ND 3190.94.01-Indenização de férias, apropriada com DFL001-Despesa com remuneração a pessoal ativo civil-RPPS em vez da DFL032-Despesa com adiantamento de 1/3 férias;

As despesas de pessoal de exercícios anteriores e encargos sociais a pagar de pessoal, formulário 11, foram atualizados, trimestralmente, conforme Resolução CJF Nº 224/2012. Para os passivos sem cobertura orçamentária de pessoal são autuados processos individuais para levantamento dos valores, os quais foram consolidados no processo 0000439-31.2021.4.01.8012 e encaminhados ao Setcob para registrar os valores no Siafi, enquanto aguarda a descentralização de crédito e do recurso financeiro para realização do pagamento. No final de 2021 foi registrado o passivo de pessoal.

Nota 15 – BP – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A conta 21311.04.00 - Contas a pagar credores nacionais, encerrou o exercício de 2021 com saldo de R\$ 99.178,00, representando as despesas sem cobertura orçamentária referente ao passivo de AJPC. Em relação à 2020 teve um acréscimo de 74%, tendo como fator principal os registros de passivos ocorridos no final de 2021, fato que não ocorreu de forma tempestiva em 2020.

Nota 16 - BP - Provisões a Curto Prazo

O saldo de R\$ 182.305,95 registrado na conta 21791.05.00-Provisão para serviços de terceiros representa o passivo estimado com prestação de serviços médicos e odontológicos (ação orçamentária 2004 - AMOS), conforme Orientação Contábil 14754203. Enquanto que em 2020 não houve registro a título de provisionamento, em que pese a Dicoc ter expedido a Orientação Contábil 12096858 nesse mesmo sentido.

Nota 17 – BP – Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta 23711.03.00 - Ajustes de exercícios anteriores encerrou o exercício com saldo de R\$ 727.537,21. O saldo desta conta em 2021 foi sensibilizado pelos registros de passivos sem cobertura orçamentária de despesa de pessoal e encargos sociais, passivo de férias referente a períodos anteriores a 2017/2018, despesa com AMOS não registrado como provisão no final de 2020 e, algumas despesas contratuais como energia elétrica em o saldo da nota de empenho, inscrita em restos a pagar, não foi suficiente para pagamento da fatura de dezembro de 2020.

III – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 18 – DVP – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O exercício encerrou com um resultado positivo no valor de R\$ 1.436.750,39, muito superior ao resultado de 2020 que foi de R\$ 245.763,42.

O fato que mais contribuiu foi a reavaliação dos imóveis da SJRO e atualização no SPIUnet em que impactou a conta 46111.02.00 - reavaliação de bens imóveis, seguido dos valores registrados na conta 46391.01.00 - outros ganhos com incorporação de ativo de valores a receber de ex servidores, bem como pelo recebimento de bens, registrados na conta na conta 46392.01.00 – outros ganhos com incorporação de ativos.

Nota 19 - DVP - Pessoal e Encargos, Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O item representa as variações patrimoniais diminutivas referentes a despesa patrimonial nos subitens de pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais, incluindo ressarcimento a órgãos de origem de pessoal requisitados.

O Setor de Contabilidade efetuou a conciliação dos valores registrados nas contas de VPDs (Variação Patrimonial Diminutiva), confrontando com as despesas orçamentárias e, certifica que as despesas de pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas de custeio estão contabilizadas adequadamente, considerando que as inconsistências encontradas foram saneadas, conforme processo 0002939-70.2021.4.01.8012, Informação 14766798 e, demais regularizações feitas no decorrer do exercício.

Nota 20 – DVP – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O item representa as variações patrimoniais diminutivas referentes ao consumo de materiais, a diárias, locação de imóveis, prestação de serviços de terceiros, depreciação e amortização.

Em 2021 teve um acréscimo de 7,89% em relação ao exercício anterior, considerando que em 2020 teve uma redução maior de serviços e uso de material de consumo pela implementação do teletrabalho, para evitar a disseminação do Coronavírus.

Nota 21 – DVP – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O valor de R\$ 2.728.926,05, registrado na conta 36511.01.00-Desincorporação de ativos, decorre da baixa de créditos a receber de ex-servidores, baixa de demais créditos a receber pela inscrição na dívida ativa da União, baixa de adiantamento concedido por suprimento de fundos em 2020 e baixa da conta 12321.06.01-Obras em andamento, em razão da conclusão dos serviços/obras e reavaliação dos imóveis, com a respectiva atualização no SPIUnet.

As baixas da conta 12321.06.01 foi a que mais impactou a desincorporação de ativos, fato que não ocorreu em 2020.

Nota 22 – DVP – Resultado Patrimonial do Exercício

A apuração do Resultado Patrimonial origina-se do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2021, o resultado patrimonial da UG foi superavitário em R\$ 8.109.930,81, apresentando uma variação positiva de 209,63% em relação ao exercício de 2020. A VPA referente a reavaliação de ativos e a VPD desincorporação de ativos e a de serviços foram as principais que contribuíram para essa variação tão superior ao exercício de 2020.

Certifico a regularidade dos registros das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de 2021

IV – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 23 – BO – Receitas Correntes e Receitas de Capital

O Balanço Orçamentário da SJRO não apresenta valores no item “Receita”, haja vista a metodologia adotada para apuração das receitas arrecadadas, consiste na consolidação de dados no balanço da setorial Financeira do órgão (UG 090001/CJF). No entanto, cabe registrar que, de acordo com o Manual Siafi, código 02.03.06 - Apropriação da Arrecadação de Receitas Federais a arrecadação de receitas federais é realizada por meio dos documentos Documento de Arrecadação de Receitas Federais - Darf, Guia da Previdência Social - GPS e Guia de Recolhimento da União – GRU. No âmbito da 1ª Região as receitas são recolhidas utilizando-se o documento GRU, a título de receitas próprias (fontes 50 – Receitas diretamente arrecadadas e 81 – Receitas de convênios) e do Tesouro Nacional (fontes 00 – Recursos ordinários e 27 – Custas e emolumentos – poder judiciário), bem como fonte 90 – Devoluções de despesa e depósitos diversos, consoante as respectivas destinações.

Nota 24 – BO – Déficit

O déficit de R\$ 111.417.786,72 representa o confronto entre as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias empenhadas.

Nota 25 – BO – Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Do valor total de R\$ 1.275.831,58 inscrito em restos a pagar não processados foi executado 97,75% e cancelado 2,25%, encerrando o exercício com saldo zerado.

O acompanhamento da Execução de Restos a Pagar em 2021 dessa UG ocorreu de acordo com as orientações do processo 0006718-69.2021.4.01.8000. A apuração dos valores inscritos em restos a pagar em 2021 foi efetuada mensalmente e, todo o saldo de 2020 inscrito foi pago e/ou cancelado em 2021.

Os passivos sem cobertura orçamentária registrados referem-se à pessoal e foram devidamente lançados nas contas 21111.01.01 – salários, remunerações e benefícios e 21142.13.00 – PSSS-contrib. s/vencimentos e vantagens – intra, com base nas informações prestadas pela Sepag e no Procedimento Contábil 11049389,

acompanhados no processo 0000439-31.2021.4.01.8012. Do mesmo modo, os demais passivos foram registrados na conta 21311.04.00 - contas a pagar credores nacionais e, foram acompanhados pelo setor de contabilidade durante o exercício de 2021 no processo 0000440-16.2021.4.01.8012, com base nos Procedimentos Contábeis 10791774 e 11201954.

Antes do encerramento do exercício financeiro de 2021 a Dicoc expediu a Orientação Contábil 14754203 alertando sobre a necessidade de registrar como passivo as despesas já conhecidas em 2021 e não empenhadas por falta de orçamento, bem como registrar os valores estimadas com prestação de serviços médicos e odontológicos (ação orçamentária 2004 – AMOS), referente ao mês de dezembro.

Assim, a orientação foi juntada ao processo 0003184-81.2021.4.01.8012, autuado com essa finalidade e, encaminhado aos setores responsáveis para informarem os valores a serem registrados e, alguns valores foram registrados, exceto quanto a estimativa com reajustes contratuais de 2021 que serão pagos em 2022.

Nota 26 - Gastos com Suprimento de Fundos

No decorrer de 2021 foi gasto o valor de R\$ 131.576,12 referente à execução de despesa por meio de concessão de suprimento de fundos.

A conta 11311.02.00 - suprimento de fundos - adiantamento foi conciliada mensalmente, conforme processo 0000433-24.2021.4.01.8012 e, encerrou o exercício com saldo zero.

V – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Nota 27 – DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstra o fluxo financeiro da unidade gestora, ou seja, as entradas e as saídas de recursos financeiros durante o período e o resultado desse fluxo.

Nota 28 – Contratos e Garantias Contratuais

Em relação ao acompanhamento dos registros nas contas 812310801 - Contrato de seguro com controle por PC ou RC em execução, 812310901 - Contratos de serviços com controle por PC ou RC em execução, 812311001 - Contratos de alugueis com controle por PC ou RC em execução, 812311101 - Contrato de fornecimento de bens com controle em execução, o Setor de Contabilidade conciliou os saldos das contas de controle com as obrigações contratuais pendentes de apropriação e pagamento e fez os ajustes necessários. A conciliação ocorreu no processo 0000519-92.2021.4.01.8012.

Já a conferência e acompanhamento das vigências das garantias contratuais recebidas pela UG foi realizada no processo 0000432-39.2021.4.01.8012 e, todas garantias em vigor estão registradas na conta 81111.01.10 – Seguros garantia a executar e na conta 21881.04.02 – Depósitos e Cauções recebidos, seguindo a Orientação Contábil 8774394.

As garantias estavam registradas no CNPJ da contratada. Todavia, a pedido da Dicoc, efetuamos alteração dos registros para a mesma a inscrição genérica utilizada para o registro contratual, visando a melhor identificação da empresa e do contrato ao qual a garantia está vinculada.

Do mesmo modo, foi feito o registro, mensalmente, da atualização monetária das contas vinculadas a contratos, de acordo com os extratos encaminhados pela CEF e, juntados ao processo 0000620-32.2021.4.01.8012.

Os contratos mais relevantes da SJRO foram juntados na planilha 14815681, conforme modelo indicado pela Dicoc/TRF1 (14793282).

Nota 29 - Apuração de Danos ao Erário

No tocante a apuração de danos ao Erário, a Semap 14807360 informou que alguns bens não localizados no Inventário de 2020 foram ressarcidos pelos servidores responsáveis pelos bens, conforme tabela abaixo:

Setor	Responsável	PAe SEI! n.	Bem	Doc. ressarcimento
SECLA	Gislene Pereira dos Santos	0003783-54.2020.4.01.8012	T-13162 - WEBCAM MARCA LOGITECH C950E	Comprovante pagamento GRU - 14179017; Docs baixa: 14316593, 14317198
3ª Vara	Olívio José da Silva Filho	0003791-31.2020.4.01.8012	T-13043 - WEBCAM MARCA LOGITECH C950E + HEADSET BIAURICULAR USB (FONE DE OUVIDO - AGEM AHX 300 MKII PLUS)	Comprovante pagamento GRU - 14406407; Docs baixa: 14406527, 14406735.
Bem não localizado após a mudança da extinta Subseção Judiciária de Guajará-Mirim	Jeyme Ferreira da Silva e Blanco	0002899-88.2021.4.01.8012	T-7938 - ESTANTE INDUSTRIAL EM AÇO, COM 07 PRATELEIRAS, MEDINDO 1980 MM DE ALTURA X 920 MM DE LARGURA X 420 MM DE PROFUNDIDADE; MARCA NOBRE	Após justificativas aceitas pela administração, a servidora foi isentada da responsabilidade - Despacho 13755303; Docs baixa: 13758568, 13758777.
Bem não localizado após a mudança da extinta Subseção Judiciária de Guajará-Mirim	Fernando Cabral de Souza	0002901-58.2021.4.01.8012	T-8671 - ESCADA BANQUETA COM 3 DEGRAUS. DEGRAUS EM CHAPA 1,06 X 225 X 285MM. ARTICULAÇÃO DE FERRO CHATO, PONTEIRAS DE POLIPROPILENO.	Comprovante pagamento através de desconto em folha de pagamento - 14259215; Docs baixa: 14317588, 14317588.

Os bens não localizados foram transferidos para a conta 12311.99.07 - Bens não localizados, de acordo com a Resposta Seanc 13994862 e, foram baixados assim que ressarcidos ao erário.

JOSÉ RODRIGUES LOIOLA

Analista Judiciário-Área Apoio Especializado-Contadoria

CRC-RO 002466-0



Documento assinado eletronicamente por **Jose Rodrigues Loiola, Analista Judiciário**, em 14/01/2022, às 11:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **14815686** e o código CRC **DD9481FB**.